XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A construção da educação do campo no brasil e as modificações necessárias ao ambiente universitário.

Maria Antônia de Souza.

Cita:

Maria Antônia de Souza (2009). *A construção da educação do campo no brasil e as modificações necessárias ao ambiente universitário. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1977

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

A construção da educação do campo no brasil e as modificações necessárias ao ambiente universitário

Maria Antônia de Souza
Universidade Tuiuti do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa
maria.antonia@pq.cnpq.br

Introdução

O debate efetivo da Educação do Campo no Brasil tem mais de uma década, embora a sua história remonte a década de 1980, especialmente com as reflexões, demandas e proposições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à educação escolar.

A construção da Educação do Campo vincula-se a um movimento da sociedade civil organizada que objetiva a construção de políticas públicas educacionais advindas dos interesses dos povos do campo. Durante muito tempo na história da educação brasileira, os povos do campo foram tratados como sujeitos à margem do processo social – cultural, econômico, educacional e político. O analfabetismo sempre foi expressivo entre os povos do campo. A média de anos de estudo da população do campo esteve distante da média da população da cidade. Enquanto os primeiros estudam em média quatro anos, os segundos estudam entre sete e oito anos. De todo modo, a baixa escolaridade predomina entre a população de baixa renda e entre a população do campo, muitas vezes distante das poucas escolas públicas existentes nas localidades.

Nos anos de 1990, o movimento da Educação do Campo coloca em evidência alguns problemas vinculados à escolarização dos povos camponeses, dentre eles: a ausência de escolas na área rural; a precariedade quanto à infra-estrutura das escolas existentes no campo; a falta de professores com qualificação para a docência; a necessidade de profissionais qualificados residentes no campo; a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam o modo de trabalho no campo e a realidade cultural camponesa; a dificuldade de acesso ao Ensino Médio e à Educação Superior, principalmente entre os beneficiários da reforma agrária, entre outros. Uma questão implícita nesse rol de problemas diz respeito à Educação Superior, e uma pergunta bastante pertinente é: em que medida os cursos de Educação Superior valorizam a ruralidade do território brasileiro? Sabe-se que, no Brasil, a grande maioria dos cursos de graduação não destina disciplinas e nem tempo ao estudo da realidade rural do país, particularmente a relacionada aos trabalhadores rurais. Assim como na Educação Básica, a grade curricular é centralizada em conteúdos marcadamente da realidade urbana.

Os problemas evidenciados pela Educação do Campo questionam o modelo de educação rural desenvolvido no Brasil, em toda a sua história educacional. A educação rural era pensada desde projetos e programas que se preocupavam em superar o "atraso" que, segundo o paradigma do capitalismo agrário, assolava o Brasil. O trabalhador rural era visto como atrasado em função do analfabetismo que era expressivo no rural. Projetos e programas assistencialistas e extensionistas preocupavam em resolver ou amenizar problemas localizados, projetavam o desenvolvimento da comunidade local e não indagavam questões estruturais da sociedade brasileira. Em meados do século XX, Paulo Freire tece reflexões sobre a atividade de extensão no Brasil, particularmente a extensão rural, demarcando a importância de uma perspectiva dialógica e de conscientização política no trabalho educativo do agrônomo com os trabalhadores agricultores.

Será um movimento nacional da Educação do Campo, ao final do século XX, que retomará a indagação ao paradigma do capitalismo agrário e ao modelo de educação nele presente. Os próprios povos do campo organizados pensam a educação que querem e reivindicam políticas públicas de fato públicas, oriundas da participação dos interessados, os trabalhadores. A Educação do Campo no Brasil constitui-se como uma concepção de Educação, de Escola Pública e de Campo construída no movimento social da luta pela terra. Valoriza a cultura e a identidade da classe trabalhadora do campo, cujos integrantes são trabalhadores rurais, acampados, ilhéus, assentados da reforma agrária, pequenos proprietários, povos indígenas, quilombolas, entre outras categorias. A Educação do Campo confronta-se com a política da educação rural vinculada à ideologia capitalista e do agronegócio; defende a política pública como construção coletiva e como demanda dos movimentos sociais do campo.

É nesse cenário que se localiza o debate sobre a Educação Superior e as mudanças necessárias à academia. Em mais de dez anos de existência, muitos projetos educacionais foram desenvolvidos nas universidades brasileiras, a começar pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. No início, foram os projetos de escolarização de jovens e adultos. Posteriormente, foram organizados os cursos de Pedagogia do Campo, cujas ofertas já somam 23 universidades. Existem outros cursos de nível superior, como Agronomia, Geografia, Direito, dentre outros, e as licenciaturas em Educação do Campo, aprovadas no ano de 2008.

Cursos de Especialização em Educação do Campo foram organizados no ambiente universitário. Na Região Sul do Brasil, os Estados do Paraná e de Santa Catarina concluíram as primeiras turmas de Especialização em Educação do Campo. A Universidade Federal do Litoral do Paraná está organizando um curso de Especialização em Educação do Campo a Distância. Da mesma forma, no Brasil há um debate no interior da Universidade Aberta do Brasil – UAB – sobre a realização de cursos a distância para os professores das escolas localizadas no campo.

> A UAB é uma iniciativa criada em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com o propósito de capacitar professores da educação básica. Seu primeiro edital lançado em 2005 permitiu a implantação da primeira etapa da rede de pólos de apoio presencial e cursos ofertados por universidades federais - foram selecionados para configurar a primeira etapa de funcionamento do programa UAB. Durante este período foram sendo adaptadas as medidas cabíveis para a oferta dos cursos superiores na modalidade a distância como modelos básicos para programas pedagógicos, validação de diplomas, credenciamento de instituições, autorização dos cursos, capacitações de profissionais especiais, níveis de cooperação entre instituições e pólos, dentre outros aspectos. (Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br. Acesso em: 7/6/2009)

A Educação do Campo adentra em um universo bastante conservador na sociedade brasileira. Os cursos de Pedagogia tradicionais, por exemplo, pouco ou nada discutem acerca das escolas localizadas no campo. A organização de cursos que integram beneficiários da reforma agrária e que dão ênfase aos professores das escolas do campo fica a cargo de profissionais pesquisadores que, de alguma maneira, têm relação com os movimentos sociais do campo. A realidade é praticamente a mesma em todo o Brasil. De Sul a Norte, todas as universidades que, de alguma forma, criaram cursos de Educação do Campo contaram com o apoio incansável dos

profissionais que defendem a luta pela construção de uma política pública de educação do campo, juntamente com os movimentos sociais. Ou seja, os cursos de Pedagogia tradicionais continuam com a grade curricular carregada de disciplinas de metodologias do ensino e de fundamentos da educação, mas pouca atenção á atribuída à realidade brasileira, em seus aspectos estruturais e conjunturais, formação considerada imprescindível aos pedagogos, mas que ainda não alcança as mentes que se voltam à educação escolar tradicional.

Sinais de mudanças existem em todas as universidades públicas gratuitas. Em primeiro lugar, podem ser mencionados os grupos de pesquisa criados para estudar a Educação do Campo, grupos que agregam pesquisadores, professores, estudantes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

Em segundo lugar, são visualizados sinais de mudanças nas universidades que organizam os cursos de Pedagogia do Campo, uma vez que, ao final de tais cursos, os professores e alunos organizam publicações do tipo coletâneas, revelando as principais construções *práxicas* desenvolvidas durante o curso.

Em terceiro lugar, vale lembrar que teses e dissertações estão sendo desenvolvidas com a temática Educação do Campo. São inúmeros trabalhos que problematizam formação de professores, prática educativa, políticas públicas, educação e movimentos sociais etc. (SOUZA, 2007).

O que se pergunta, nessa conjuntura, é: em que medida as instituições universitárias estão abertas a práticas educativas com os movimentos sociais? O que muda na Educação Superior nesses mais de vinte anos de construção democrática no Brasil?

Para responder a essas perguntas, quatro pontos são destacados, a saber:

Primeiro, as instituições de Educação Superior possuem pesquisadores que se dedicam ao estudo da educação e dos movimentos sociais. No mínimo um professor pesquisador, no universo brasileiro, trabalha em cada universidade com a temática da educação e dos movimentos sociais. O conjunto desses professores faz a diferença no momento de organizar projetos educativos vinculados às lutas dos movimentos sociais do campo. De certo modo, a instituição ainda continua bastante conservadora, mas o aumento de profissionais inseridos no debate dos movimentos sociais torna porosa a relação entre universidade e movimentos sociais. Uma rápida pesquisa junto ao diretório de grupos de pesquisa do CNPq revelará que centenas de grupos têm trazem em seu título algo relacionado a movimentos sociais e educação; educação popular e movimentos sociais; Educação do Campo; Educação do Campo e políticas públicas; educação e movimentos sociais do campo, entre outros. Nesses grupos, encontram-se profissionais que recentemente defenderam as suas pesquisas de mestrado e de doutorado, ao lado de referenciais mais experientes da área. A

composição social dos grupos de pesquisa revela a trajetória de muitos pesquisadores, os quais dedicam, desde os seus trabalhos de conclusão de curso na graduação, atenção à temática. Embora tenham escrito Damasceno e Beserra (2004) que, para cada mil pesquisas da área de educação somente doze são voltadas à realidade rural, constata-se que, ao final da década de 1990 e nesses primeiros nove anos do século XXI, o número de pesquisas vem sendo ampliado no que diz respeito à temática da Educação do Campo (SOUZA, 2007).

Segundo ponto: atrelado ao desenvolvimento dos grupos de pesquisa, tem sido possível a realização de formação inicial e continuada de muitos professores pesquisadores e de estagiários envolvidos nos projetos educacionais voltados à realidade dos camponeses no Brasil. Alunos da graduação adentram nos grupos de pesquisa e, das discussões aí geradas, elegem temas para os seus trabalhos de conclusão de curso. Essa é uma realidade bastante incipiente nos cursos de licenciaturas tradicionais, uma vez que depende de que os professores tenham grupos e estejam instigando os alunos à pesquisa na área. Como foi dito, ainda é pequeno o número de professores diante da quantidade de alunos que adentra na Educação Superior. Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia do Campo, necessariamente os alunos realizam os trabalhos de conclusão de curso voltados à temática.

A formação continuada dos professores vem ocorrendo em diferentes frentes: 1) formação oferecida pelas instâncias governamentais municipais e estaduais, por meio de cursos de capacitação, simpósios e seminários; 2) formação possibilitada pela organização de grupos de estudos nas escolas da Educação Básica; 3) formação continuada por meio da realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Um terceiro ponto diz respeito à legislação educacional de 1996 e o processo avaliativo nacional, tanto da graduação quanto da pós-graduação, que têm potencializado a aproximação da universidade com as comunidades, uma vez que a inserção social é um dos quesitos avaliados. Universidades que oferecem pós-graduação *stricto sensu* devem estar articuladas à graduação e manter projetos de ensino, extensão e pesquisa que envolvam a comunidade local ou projetos interinstitucionais de maior abrangência territorial, bem como vínculo com associações e movimentos sociais. As universidades que desenvolvem tais projetos demonstram uma abertura para mudanças na formação inicial e continuada de professores.

Um quarto ponto relaciona-se ao fato de que os movimentos sociais do campo têm conhecimento técnico e teórico que os capacitam para a interação com a universidade. O MST é um exemplo típico de organização que possui uma vasta produção bibliográfica de natureza pedagógica. Sua experiência de mais de 20 anos de dedicação à educação nos acampamentos e assentamentos fortalece o debate sobre a construção de políticas públicas de educação e abre

possibilidades para que a universidade abra-se ao debate da Educação do Campo. Muitas universidades têm desenvolvido debates sobre educação e movimentos sociais, contando com a presença de profissionais vinculados ao MST.

Por fim, vale mencionar uma experiência pontual que desenvolvemos na Universidade Tuiuti do Paraná, junto ao Curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação. Como na grande maioria dos casos as universidades públicas e estaduais são as protagonistas junto aos movimentos sociais de trabalhadores, ressaltamos a possibilidade de envolver alunos de instituição privada no debate da Educação do Campo. No ano de 2008, criamos uma disciplina denominada Tópicos Especiais – Educação do Campo, que foi desenvolvida junto a 52 alunos da graduação em Pedagogia. No ano de 2009, são 32 alunos cursando a mesma disciplina. Trata-se de alunos do último período do referido curso estavam concluindo a sua formação inicial sem ouvir qualquer debate sobre a educação rural e a Educação do Campo. Eles puderam, nessa disciplina pontual, e com todos os limites da estrutura curricular disciplinar instituída educação, estudar a legislação nacional e estadual, estudar textos relacionados à história da educação rural e da Educação do Campo, bem como assistir a palestras com profissionais que trabalham na Coordenação da Educação do Campo, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Além disso, todos fizeram trabalho de campo em escolas localizadas no campo no Estado do Paraná. Todos reconheceram a importância de que os cursos de Pedagogia tragam a realidade camponesa e das escolas do campo para a universidade. Estariam se formando sem saber da existência de diretrizes nacionais e estaduais específicas da Educação do Campo. No curso de Mestrado em Educação, criamos o grupo de pesquisa Prática Educativa e Movimentos Sociais do Campo, dentro do qual estão pesquisadores iniciantes (bolsistas da graduação) e alunos do mestrado. Todos dedicam atenção à Educação do Campo, uma realidade nova para a Universidade e para o próprio programa de pós-graduação, que até então não tinha grupo de estudo voltado às questões da Educação do Campo. Os alunos do mestrado têm inaugurado frentes de estudo, como análise da escolarização entre povos ilhéus; estudos sobre educação especial nas escolas do campo; investigação sobre o ensino de Geografia nos Anos Iniciais, dentre outros temas.

A primeira universidade que desenvolveu projeto de Pedagogia da Terra foi uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul, a UNIJUÍ. Por meio de profissionais vinculados aos movimentos sociais do campo e de parceria com o governo federal, puderam desenvolver, no final da década de 1990, o primeiro curso de Pedagogia da Terra.

O que se constata é que a universidade ainda se mantém bastante conservadora, entretanto, no cenário da construção de relações democráticas, são muitos os sinais de que a universidade pode sofrer modificações e trazer para o seu interior o debate da ruralidade da sociedade brasileira.

Quais outras modificações seriam relevantes à Educação Superior no Brasil para fazer avançar o debate sobre a construção de políticas públicas e da Educação do Campo no Brasil? É possível pensarmos em cinco pontos fundamentais:

Primeiro: incentivo aos alunos no estudo da realidade rural brasileira. Especialmente na área da educação, a realização de estágios curriculares e acompanhamento do trabalho na agricultura auxiliariam o futuro profissional na tomada de decisões quanto à elaboração do projeto político-pedagógico e a seleção dos conteúdos curriculares.

Segundo: incentivo à produção bibliográfica que retrata a Educação do Campo.

Terceiro: ampliação do número de cursos de graduação e de especialização voltados à população do campo.

Quarto: incentivo à realização de eventos em parceria com os movimentos sociais de trabalhadores.

Quinto: abertura para debates que indagam a estrutura agrária brasileira e a estrutura política, ainda enraizada nos valores "patrimonialistas".

Finalmente, é importante salientar que a Educação do Campo, assim como os movimentos sociais de trabalhadores rurais, questiona a contradição que assola a sociedade brasileira: de um lado, a concentração da riqueza e da terra, e de outro, a pobreza, a exploração e a fragilização da efetivação dos direitos sociais, como Educação e Saúde. A Educação do Campo questiona o avanço do agronegócio e a exploração dos povos do campo, pretende que o conhecimento universal seja acessível a essa população sempre em relação com a sua realidade cultural e do mundo do trabalho, favorecendo a identidade camponesa e não a perda dela.

A universidade vem demonstrando o potencial que tem na efetivação do direito social à educação, porém as suas cercas muitas vezes impedem o avanço desse processo. Todos os projetos e experiências desenvolvidos nas universidades com a população do campo constituem-se a partir de parcerias com o governo federal, por meio do PRONERA, e com os movimentos sociais, cuja responsabilidade se dá por meio da organização da população na base.

A universidade insere-se, dessa forma, em relações sociais com os movimentos sociais e, nesse processo, agrega gente que se preocupa com uma sociedade mais igualitária e com a construção do conhecimento como meio de libertação de *situações opressoras*. Ao envolver-se com os movimentos sociais, possibilita a construção de novas relações educativas, uma vez que a prática coletiva é geradora de conhecimentos conjunturais, culturais, estratégicos e políticos. A própria universidade convive com duas realidades: uma bastante conservadora, pautada pelo princípio da propriedade e pela ideologia capitalista; a outra tenta instituir uma frente inovadora e crítica na academia, valorizando a prática social dos movimentos sociais, ressaltando a função social da

própria universidade em propiciar o acesso da população a níveis cada vez mais elevados de escolarização e de conhecimento.

Referências

- DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.
- SOUZA, Maria Antônia de. A pesquisa sobre educação e movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 443-461, Rio de Janeiro, 2007.